

Falta de regulamentação sobre consultas a comunidades indígenas trava avanços no Brasil

Sintetizo aqui o que aprendi sobre o tema deste artigo com três painelistas de recente evento sobre Infraestrutura, Logística e Desenvolvimento Sustentável, organizado pela OAB-SP: Frederico Bussinger, Maurício Portugal e Stela Goldenstein. Naturalmente, a interpretação do que disseram é de minha inteira responsabilidade — sob a influência de meu próprio viés sobre o assunto, já explicitado neste espaço (02/04/2025).

A Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) estabelece a necessidade de CLPI (Consulta Livre Prévia e Informada) às comunidades tradicionais em decisões que afetem seus territórios e modos de vida, incluindo projetos de infraestrutura. Apenas 13% dos Estados-membros da OIT aderiram à Convenção. O Brasil é um deles. Passadas mais de duas décadas da ratificação, o Estado brasileiro ainda não regulamentou o rito das consultas.

No licenciamento ambiental, o IBAMA solicita a manifestação da FUNAI. Porém, por não ser acompanhada por CLPI, esse posicionamento não tem a legitimidade necessária e passa a ser o que a FUNAI tem a dizer sobre a salvaguarda dos direitos e interesses dos indígenas.

Sem regulamentação, pairam dúvidas sobre quando a consulta deve ocorrer, quem deve ser ouvido e qual rito seguir. Há quase 20 projetos estratégicos paralisados no licenciamento ou na Justiça por essa lacuna. São obras essenciais para o desenvolvimento do país que mofam em prateleiras burocráticas. No caso da Ferrogrão, por exemplo, questiona-se o impacto sobre comunidades localizadas a mais de 160 quilômetros do traçado dos trilhos

Nos países desenvolvidos, a produção agrícola é majoritariamente transportada por ferrovias ou hidrovias; aqui, segue sobre o lombo de caminhões, queimando volumes massivos de combustíveis fósseis

O Brasil ainda possui potencial hidrelétrico passível de aproveitamento que dotaria o sistema elétrico com os atributos que hoje fazem falta: potência, flexibilidade e inércia. Porém, tornou-se inviável realizar meros estudos (não se trata de iniciar obras!) em áreas que possam afetar terras indígenas. Enquanto isso — em um paradoxo cruel — a ausência do Estado nesses territórios abre espaço para o tráfico de drogas, garimpo e a extração ilegal de madeira realizadas por facções criminosas, que atropelam as comunidades sem qualquer consulta.

Um mal-entendido distorce o debate: a tese de que a manifestação contrária de uma comunidade equivale ao poder de veto. Não é o que preconiza a OIT. As consultas devem ser conduzidas de boa-fé, visando ao consenso. Embora o acordo seja o propósito do processo, sua ausência não inviabiliza, por si só, o projeto. Reconhecer essa distinção não enfraquece o direito à consulta; ao contrário, permite regulamentá-la sem transformá-la em freio ao desenvolvimento.

Provavelmente nem todos os projetos avançariam após a consulta e uma análise governamental holística, que pondere o interesse nacional sob as óticas indígena, econômica, energética, ambiental e social. Mas muitos receberiam luz verde, inclusive das próprias comunidades, mediante justa compensação. É o que ocorre no Canadá, país que, aliás, sequer é signatário da convenção.

Em conclusão, é preciso regulamentar urgentemente a Convenção, tomando como ponto de partida as orientações da própria OIT.

É preciso regulamentar consultas a indígenas

Não é verdade que manifestação contrária de comunidade equivalha ao poder de veto

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Eneersul e Sabesp

Sintetizo aqui o que aprendi sobre o tema deste artigo com três painelistas de recente evento sobre Infraestrutura, Logística e Desenvolvimento Sustentável, organizado pela OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil - São Paulo): Frederico Bussinger, Maurício Portugal e Stela Goldenstein.

Naturalmente, a interpretação do que disseram é de minha inteira responsabilidade —sob a influência de meu próprio viés sobre o assunto, já explicitado neste espaço (folha.com/evzunly9).

A Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) estabelece a necessidade de CLPI (Consulta Livre Prévia e Informada) às comunidades tradicionais em decisões que afetem seus territórios e modos de vida, incluindo projetos de infraestrutura.

Apenas 13% dos Estados-membros da OIT aderiram à Convenção. O Brasil é um deles. Passadas mais de duas décadas da ratificação, o Estado brasileiro ainda não regulamentou o rito das consultas.

No licenciamento ambiental, o Ibama solicita a manifestação da Funai. Porém, por não ser acompanhado por CLPI, esse posicionamento não tem a legitimidade necessária e passa a ser o que a Funai tem a dizer sobre a salvaguarda dos direitos e interesses dos indígenas.

Sem regulamentação, pairam dúvidas sobre quando a consulta deve ocorrer, quem deve ser ouvido e qual rito seguir. Há quase 20 projetos estratégicos paralisados no licenciamento ou na Justiça por essa lacuna. São obras essenciais para o desenvolvimento do país que moram em prateleiras burocráticas.

No caso da Ferrogrão, por exemplo, questiona-se o impacto sobre comunidades localizadas a mais de 160 quilômetros do traçado dos trilhos.

Nos países desenvolvidos, a produção agrícola é majoritariamente transportada por ferrovias ou hidrovias; aqui, segue sobre o lombo de caminhões, queimando volumes massivos de combustíveis fósseis.

O Brasil ainda tem potencial hidrelétrico passível de aproveitamento que hoje faz falta: potência, flexibilidade e inércia. Porém, tornou-se inviável realizar meros estudos (não se trata de iniciar obras) em áreas que possam afetar terras indígenas.

Enquanto isso —em um paradoxo cruel—, a ausência do Estado nesses territórios abre espaço para o tráfico de drogas, o garimpo e a extração ilegal de madeira realizados por facções criminosas, que atropelam as comunidades sem nenhuma consulta.

Um mal-entendido distorce o debate: a tese de que a manifestação contrária de uma comunidade equivale ao poder de veto. Não é o que preconiza a OIT. As consultas devem ser conduzidas de boa-fé, visando ao consenso. Embora o acordo seja o propósito do processo, sua ausência não inviabiliza, por si só, o projeto. Reconhecer essa distinção não enfraquece o direito à consulta; ao contrário, permite regulamentá-la sem transformá-la em freio ao desenvolvimento.

Provavelmente nem todos os projetos avançariam após a consulta e uma análise governamental holística, que pondere o interesse nacional sob as óticas indígena, econômica, energética, ambiental e social. Mas muitos receberiam luz verde, inclusive das próprias comunidades, mediante justa compensação. É o que ocorre no Canadá, país que, aliás, nem sequer é signatário da convenção.

Em conclusão, é preciso regulamentar urgentemente a Convenção, tomando como ponto de partida as orientações da própria OIT.

O Brasil ainda tem potencial hidrelétrico passível de aproveitamento. Porém, tornou-se inviável realizar meros estudos (não se trata de iniciar obras) em áreas que possam afetar terras indígenas

El Niño deve exigir combinação de renováveis a termelétricas e pode reduzir cortes de geração

Embora mais poluentes e caras, usinas a gás e carvão têm maior confiabilidade e serão necessárias com diminuição de uso de hidrelétricas

João Gabriel

BRASÍLIA A chegada do El Niño deve forçar o Brasil a acionar a geração de energia das usinas termelétricas, fontes consideradas poluentes e caras. Mas o fenômeno também deve abrir mais espaço para o uso de energias renováveis e pode reduzir a incidência de cortes na geração dessas fontes.

O fenômeno climático, que pode ter intensidade inédita, agravará a seca no Norte e no Nordeste do país e reduzirá as chuvas no Sudeste, diminuindo fluxo de rios e níveis de reservatórios em 2027. O impacto será direto na geração das usinas hidrelétricas, a base da matriz energética brasileira.

Para evitar um apagão, esse espaço precisará ser ocupado, e a decisão de quais fontes utilizar para isso será tomada a partir de critérios de custo e disponibilidade.

As renováveis —eólica e solar— são mais baratas e ganham preferência com a seca, devendo ter preferência. Ao mesmo tempo, são mais instáveis: geram mais energia conforme a luz do sol ou a força do vento. Já as térmicas, apesar de terem um peso maior na conta de luz, são acionadas segundo a demanda.

Diante desse cenário, o próprio ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) admite que a solução será utilizar as renováveis, quando disponíveis, mas sem abrir mão das usinas térmicas de gás natural e carvão.

A mais recente grande crise elétrica do Brasil, em 2021, também foi causada pela incidência de um forte El Niño. Na ocasião, o então governo Jair Bolsonaro (PL) contratou térmicas de forma emergencial para suprir a demanda.

O fenômeno climático deve se repetir neste ano, com chance de ser um dos mais fortes da história, segundo afirmam cientistas.

A diferença para 2021 é que hoje a matriz elétrica brasileira é mais diversa, em razão do aumento de fontes renováveis.

Segundo dados do ONS, a capacidade instalada de energia solar cresceu de 3,1 GW (gigawatts) para 19,5 GW de 2021 a 2026, e a eólica, de 16 GW para 35,6 GW.

Já a micro e a minigeração (composta na maioria por painéis solares instalados nas casas, por exemplo) praticamente não existiam há cinco anos e explodiram, para 46,2 GW. Somado, o crescimento chega a 82,2 GW, com capacidade de geração quatro vezes maior do que em 2021.

Como forma de comparação, as principais hidrelétricas do Norte —Madeira, Tucuruí e Belo Monte— têm uma capacidade somada de 24 GW de geração. Elas po-



Painéis solares flutuantes perto da barragem de Sobradinho, no rio São Francisco, na Bahia. Rubens Cavallari - 29.mai.26/Folhapress

dem ficar praticamente inoperantes em caso de um grave El Niño. Mas, ao menos em parte, os prejuízos energéticos causados pela seca intensa podem ser compensados com fontes renováveis.

O ONS diz que o fenômeno não deve trazer riscos ao SIN (Sistema Interligado Nacional).

"Ainda é cedo para estimar números, mas, se o El Niño provocar novamente uma redução da geração hidrelétrica, a expectativa é que a energia eólica desempenhe papel estratégico na segurança energética", diz Elbia Gabnoum, presidente da Abeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica).

"Quando os reservatórios enfrentam menor afluência, a geração solar tende a apresentar excelente desempenho devido à maior incidência de radiação solar e à menor cobertura de nuvens", afirma a Absolar (Associação Brasileira de Energia Solar), em nota.

Restrições à produção solar e eólica vão diminuir, mas seguirão altas, estima ONS

Os cortes de geração das usinas eólicas e solares deverão ser reduzidos até 2030, mas continuarão em níveis elevados, já que o sistema elétrico permanecerá com sobreoferta e sem inserção expressiva de tecnologias de armazenamento como as baterias, estimou o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) nesta terça-feira (7).

As limitações de produção, motivadas principalmente por sobreoferta de energia na rede e gargalos de transmissão, têm imposto prejuízos bilionários às empresas do setor e levado ao cancelamento de investimentos.

Apesar do preço mais alto do que a energia gerada por fontes renováveis e hidrelétricas, Xisto Vieira, diretor da Abragel (Associação Brasileira De Geradoras Termelétricas), afirma que o custo para acionamento das usinas térmicas é menor do que o de um possível racionamento, "que seria uma explosão na conta de luz".

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) já orientou as hidrelétricas a monitorar reservatórios e adotar medidas para tentar mitigar os impactos do El Niño.

Segundo a Abragel (Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica), que representa sobretudo as hidrelétricas, a situação dos reservatórios no país hoje é confortável. O risco maior é para 2027, uma vez que uma seca mais forte neste ano reduz as chuvas do ciclo seguinte, diminuindo o fluxo dos rios e, consequentemente, ameaçando os depósitos de água das usinas.

Na avaliação de integrantes do setor, o cenário criado pelo El Niño pode ter como efeito positivo a redução do corte de geração elétrica de usinas de fontes renováveis no Nordeste do país.

Os cortes na geração tornaram-se um dos principais problemas para o setor elétrico no Brasil nos últimos anos, na maioria porque o aumento na instalação de renováveis não veio acompanhado de ampliação da capacidade da rede. Os cortes acontecem sobretudo quando há alta da geração eólica e solar.

Mas, se o El Niño reduzir a produção das hidrelétricas em 2027, haverá mais espaço dentro da rede para comportar a energia das renováveis, o que pode reduzir a necessidade de corte.